

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros. *Che Guevara*

Base territorial

Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas



Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição fevereiro/março de 2021- Filiado a Força Sindical e USP
Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail sindec@sindec.com.br

SINDEC aciona justiça para manutenção da data-base dos comerciários



Comerciantes ainda não garantiram data-base

No dia 19 de janeiro desse ano, às 16:50 horas, o Sindicato dos Empregados no comércio encaminhou à entidade representativa dos patrões de Patos de Minas a pauta de reivindicações para negociação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) relativa a 2020/2021. Na mesma missiva, o SINDEC solicitou junto à classe patronal a garantia da data base de negociação da categoria comerciária para 26/04/2021, dando prazo de resposta até o dia 1º de fevereiro de 2021, o que não ocorreu. Para resguardar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio de Patos de Minas, a diretoria do SINDEC, através da assessoria jurídica entrou na justiça do trabalho com Protesto Judicial – que é um instrumento

jurídico que garante aos trabalhadores e trabalhadoras a manutenção da data-base.

A data-base é de suma importância na negociação da Convenção Coletiva de Trabalho. Nesse período do ano patrões e empregados representados pelos Sindicatos se reúnem para repactuar os termos dos contratos coletivos de trabalho. Nessa etapa os trabalhadores, de maneira coletiva através do SINDEC, reivindicam a revisão de salário, condições de trabalho dentre outros benefícios e, apontam a manutenção do acordo, além de incluir novas cláusulas. Outra relevância da data-base é o fato, por exemplo da retroatividade das negociações. A data-base dos comerciários de Patos de Minas era no mês de março, limite o qual o sindicato tenta manter. Isso ocorrendo os direitos acordados deverão ser cumpridos de forma retroativa, contando a partir do período estabelecido pelas partes. O SINDEC aguarda posicionamento da justiça.

Não quer tomar vacina da COVID-19?

Patrão pode autorizar demissão por justa causa



As empresas podem demitir funcionários que se recusarem a tomar vacina da Covid-19, ou não usar máscara no ambiente de trabalho. Antes, os trabalhadores serão advertidos da decisão. Diante do início da campanha de vacinação contra a Covid-19 no Brasil as empresas começam a incentivar os seus funcionários para a importância da vacinação. Além disso, cabe às empresas continuar a incentivar e pedir as medidas de prevenção. Porém, há muitos relatos de funcionários que se recusam a seguir os protocolos determinados pela empresa, como o uso de máscara de proteção dentro do ambiente de trabalho ou de tomar a vacina do COVID-19. Os advogados alertam que os trabalhadores, além de aumentar as chances de se contaminar e contaminar os colegas de trabalho com o

novo Coronavírus, também correm o risco de serem demitidos por justa causa. É importante entender que ao ser admitido o funcionário se dispõe a seguir as regras determinadas pela empresa. Dessa maneira, não usar a máscara vai contra ao que é solicitado pelo empregador e, portanto, pode gerar demissão. Além disso, em setembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a vacinação é obrigatória. Portanto, quem se recusar a se imunizar estará sujeito às sanções previstas em lei, como multa e impedimento de frequentar determinados lugares.

A Constituição Federal obriga que as empresas garantam um ambiente de trabalho seguro. Portanto, podem incluir o uso de máscara e imunização para o controle e combate da Covid. Dessa maneira as empresas devem incluir em seus programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional o uso obrigatório de máscara e vacinação. Com isso, os trabalhadores que não apresentarem motivos justificáveis para a recusa à imunização podem ser demitidos por justa causa. O cidadão que se recusar a ser imunizado está sujeito às medidas punitivas trabalhistas, como advertência, suspensão ou demissão por justa causa. Logo, cabe às empresas realizarem a advertência antes da demissão, de preferência que seja por escrito. Com isso, em caso de reincidência, a demissão está dentro da lei e pode ser adotada.

Quando você se filia ao sindicato garante uma série de benefícios



**Comerciário
SINDICALIZE-SE**

Confira:

- ▷ Assistência psicoprofissional.
- ▷ Assistência sindical e trabalhista.
- ▷ Assistência comportamental no ambiente de trabalho.
- ▷ Assistência de direitos e deveres trabalhistas.
- ▷ Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador.
- ▷ Assistência homologatória nas rescisões contratuais.
- ▷ Assistência jurídica trabalhista.
- ▷ Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes).
- ▷ Assistência médica (comerciários e dependentes).
- ▷ Banco de empregos (método simplificado desenvolvido pela entidade para encaminhamento do trabalhador desempregado para nova contratação).
- ▷ Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes).
- ▷ Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes).
- ▷ Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes).
- ▷ Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar).
- ▷ Convênio farmacêutico com desconto de até 60%.
- ▷ Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado.
- ▷ Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho.
- ▷ Assistência médica e exames de imagens com Hospital ACTUAL
- ▷ Convenio assistência médica, laboratorial e odontológica com MEDICMAIS
- ▷ Convênio com o laboratório MEDIC IMAGEM
- ▷ Convênio de assistência médica, laboratorial e exames de imagens com CARDIOCLÍNICA
- ▷ Convênio médico com o CARTÃO DE TODOS
- ▷ Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular, estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.
- ▷ Convênio com Escola de Inglês CCAA

Centrais Sindicais conseguem apoio do maior sindicato da China para vacina



Após fechar acordo histórico com o governo venezuelano para o fornecimento de oxigênio hospitalar a Manaus, capital do Amazonas, CUT, Força, UGT, CTB, CSB e NCSST, que compõem o Fórum das Centrais Sindicais, reuniram-se com a direção da Federação Nacional dos Sindicatos da China - maior entidade sindical do mundo com 302 milhões de trabalhadores e 1,7 milhão de sindicatos filiados. Em mais uma ação humanitária e de diplomacia de classe ante a criminosa incompetência do governo federal, as centrais destacaram nossas relações solidárias e de cooperação sindical e apelaram à entidade sindical chinesa para interceder junto ao governo central da China e abrir caminhos para que o Brasil receba os insumos à produção de vacina anti-Covid-19 e ajuda humanitária à população da Região Norte do Brasil, que, além da pandemia, enfrenta a falta de

oxigênio hospitalar. A China tem o insumo essencial à produção da vacina, mas as relações diplomáticas com o Brasil ruíram em consequência dos ataques e chacotas de Bolsonaro, do seu filho e do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

Os sindicalistas chineses compreenderam a demanda das Centrais Sindicais brasileiras e as enormes dificuldades que vivemos no nosso país e declararam: “Vamos usar todos os nossos canais e esforços para levar a mensagem de vocês [centrais] ao governo central e ao Partido [Comunista Chinês] sobre as necessidades imediatas do povo brasileiro decorrentes da pandemia”, afirmou An Jianhua, membro da Direção Executiva e secretário Internacional da Federação dos Sindicatos da China. A entidade ocupa a vice-presidência na Assembleia Popular chinesa (espécie de Congresso Nacional), com trânsito e forte influência junto ao governo do presidente Xi Jinping. O líder sindical chinês afirmou também que a Federação está solidária à população de Manaus (à qual se referiu como povo da floresta amazônica) e garantiu que a entidade oferecerá todo apoio e ajuda para que o povo da capital amazonense saia dessa crise sanitária imposta, não só pelo vírus, mas também pela falta de oxigênio hospitalar.

Motta propõe a inclusão de comerciários no grupo prioritário da vacinação contra o Covid-19



Com a flexibilização da quarentena e a retomada do comércio, os trabalhadores do setor arriscam diariamente as suas vidas e ficam expostos à infecção pelo novo Coronavírus. Um Projeto de Lei de autoria do deputado federal Luiz Carlos Motta, altera a Lei 13.979/20, que prevê medidas para enfrentar a Covid-19, e inclui os comerciários como prioridade na campanha nacional de imunização contra a doença. “Os trabalhadores do comércio são a maior categoria profissional urbana no País. Como lidam com o público e têm contato direto com mercadorias, cartões e dinheiro, ficam mais vulneráveis à

contaminação”, afirmou o Deputado e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

Representante da categoria no Congresso Nacional, Motta avalia que a imunização protege a vida e a saúde dos trabalhadores e, também, contribui para impedir a proliferação do novo Coronavírus. “Ao serem vacinados, os comerciários preservam a própria saúde e, da mesma forma, daqueles que estão próximos e em contato com eles”. **Requerimento** - Além do PL 5480/20, Motta apresentou Indicação ao Ministério da Saúde para reforçar a inclusão dos trabalhadores do comércio na futura campanha de imunização. O órgão anunciou que idosos, profissionais de saúde e professores devem constar no plano preliminar para a vacinação contra a Covid-19 no Brasil.

Passe férias em Praia Grande

OBS: Somente para comerciários filiados ao SINDEC

ENCONTRA-SE NO SINDICATO O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE PARA RESERVAS E ACOMODAÇÕES NO CENTRO DE LAZER DOS COMERCÍARIOS EM PRAIA GRANDE/SP

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

Entre em contato com o SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino César

Com Bolsonaro e Congresso alinhados, direitos trabalhistas estão na mira



O presidente Jair Bolsonaro comemorou as vitórias de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para os comandos da Câmara e do Senado. A expectativa do empresariado é que o alinhamento desses poderes possibilite mais uma rodada de retirada de direitos trabalhistas no Congresso. Uma das medidas que deve voltar à discussão é a nova e famigerada “carteira verde e amarela”, uma forma de contrato precário que beneficia com isenções fiscais os empregadores. Outras violações dos direitos dos trabalhadores vão vir. E têm chance de serem aprovadas. São vários projetos, como a ampliação do trabalho intermitente.

Além disso Bolsonaro cogitou governar sem o Parlamento. Mas o apoio a Lira e Pacheco, com a liberação de cargos e R\$ 3 bilhões em emendas, demonstram uma guinada. O governo jogou “pesadíssimo” para fazer os seus candidatos. Isso demonstra o interesse direto do presidente Bolsonaro nessa eleição, com interesses específicos de proteger ele, sua família e seus aliados milicianos. O acordo fisiológico do governo com o Centrão também visa a garantir blindagem ao governo contra os crimes cometidos durante a pandemia. O povo brasileiro sai perdendo, a democracia sai perdendo. E cabe aos movimentos sociais alertar o povo e convocar para mobilizações.

Além disso Bolsonaro cogitou governar sem o Parlamento. Mas o apoio a Lira e Pacheco, com a liberação de cargos e R\$ 3 bilhões em emendas, demonstram uma guinada. O governo jogou “pesadíssimo” para fazer os seus candidatos. Isso demonstra o interesse direto do presidente Bolsonaro nessa eleição, com interesses específicos de proteger ele, sua família e seus aliados milicianos. O acordo fisiológico do governo com o Centrão também visa a garantir blindagem ao governo contra os crimes cometidos durante a pandemia. O povo brasileiro sai perdendo, a democracia sai perdendo. E cabe aos movimentos sociais alertar o povo e convocar para mobilizações.

Empresários pressionam pela renovação dos acordos de redução salarial



Diante da piora da pandemia de covid-19 e da pressão do empresariado, o Ministério da Economia avalia autorizar a retomada dos acordos de redução salarial e suspensão do contrato de trabalho neste início de 2021. A pasta, no entanto, estuda usar recursos do seguro-desemprego para viabilizar o programa. A renovação dos acordos, que foram permitidos até dezembro de 2020, vem sendo cobrada por empresários do setor de serviços desde o fim do ano passado e ganhou o apoio do presidente Bolsonaro. O mandatário prometeu uma resposta para o assunto após ouvir do presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, que o fim dos acordos pode causar uma nova rodada de demissões no país, que ainda enfrenta níveis recordes de desemprego, apesar do crescimento de contratações formais.

A medida, porém, esbarra no mesmo impasse orçamentário que trava a prorrogação do auxílio emergencial. É que o programa, nos moldes do que vigorou no ano passado, o governo paga uma complementação salarial para o trabalhador que aceitar a redução do salário. Em 2020, o Benefício Emergencial de Preservação da Renda e do Emprego (BEm) custou R\$ 34,3 bilhões. E, agora que o Orçamento de Guerra chegou ao fim, a equipe econômica tem dificuldade de encaixar essa medida no Orçamento. Diante da pressão de Bolsonaro e do empresariado, a equipe econômica está buscando uma forma de viabilizar novos acordos sem precisar ampliar o rombo das contas públicas ou romper o teto de gastos. Uma das possibilidades é usar os recursos do seguro-desemprego na compensação salarial dos trabalhadores que fizerem acordos de redução salarial ou suspensão do contrato.

Prefeito de Jacobina reduz o próprio salário em 92%



Como nativo da zona rural, negro e candidato a prefeito, Tiago Dias (PCdoB), 37 anos, diz ter ouvido muitos comentários de deboche e preconceito durante a campanha eleitoral. Entre eles, um era recorrente: "Como 'um cabra' da roça pode ser prefeito, se nem os 'dotô' deram certo?". Tiago, um dos cinco filhos de um lavrador e uma merendeira de Jacobina, município na região da Chapada Diamantina, na Bahia, não é doutor, mas virou prefeito. No primeiro ato como gestor, reduziu a própria remuneração para um salário-mínimo. "Se eu estou aqui, qualquer um sabe que também pode", diz o

primeiro prefeito negro eleito na cidade.

O salário de prefeito em Jacobina, conhecida pela riqueza de minas preciosas e a pobreza de agricultores como os da família de Tiago, seria de R\$ 15 mil. Mas, no dia 8 de outubro de 2018, quando se lançou candidato a prefeito, ele decidiu que não receberia mais de um salário-mínimo (hoje R\$ 1.100), uma redução de 92%. A promessa, guardada em segredo, foi cumprida em decreto publicado no Diário Oficial de Jacobina. "Querida dar o exemplo, representar a zona rural que ganha menos do que isso. Eu não poderia estar acima. Mas decidi não falar nada para não parecer demagogia, promessa falsa", disse à imprensa.

A redução salarial de Tiago resultará em um retorno anual aos cofres públicos de, em média, R\$ 170 mil. O montante será direcionado a ações voltadas para crianças em situação de vulnerabilidade social. Apesar da redução, Tiago diz que viverá do salário, sem nenhum trabalho extra como agricultor. A proposta de Tiago é, durante o mandato, mostrar a mudança na sua própria rotina e, assim, incentivar que ela ocorra em escala municipal. O uso da bicicleta para ir ao trabalho deve ser uma delas. "Minhas filhas também continuarão estudando em escola pública."

MPT reforça que não existe racismo reverso e pede fim de ação contra Magazine Luiza

O Ministério Público do Trabalho (MPT) pediu à Justiça a extinção da ação contra a Magazine Luiza em razão do programa de trainee exclusivo para pessoas negras. O defensor público federal Jovino Bento Júnior quer que a empresa seja condenada a pagar indenização de R\$ 10 milhões por danos morais. Sete procuradores do MPT assinam o parecer técnico enviado à 15ª Vara do Trabalho de Brasília. Em outubro de 2020, o órgão já havia se manifestado contra um pedido de liminar e pelo fim do processo.

Para o grupo de procuradores do trabalho, o defensor tenta levar à Justiça o “mito do racismo reverso”, “com base em inconsistentes arrazoados, desprovidos de análise das desigualdades raciais no mercado de trabalho, de análise social-histórica da realidade brasileira e de conhecimento basilar sobre a legislação e doutrina a respeito do tema”. Os representantes do MPT na ação reforçaram que não existe racismo reverso: “Esse discurso construído pelo senso comum ao atribuir à população negra uma prática racista em relação à população branca é inverossímil, tendo em vista que o racismo é um sistema de hierarquização entre raças”. Na manifestação, os procuradores do trabalho destacaram que o programa de seleção e contratação de trainees negros é uma ação afirmativa e tem objetivo de incluir negros em cargos atualmente ocupados, “em sua imensa maioria, por pessoas brancas”. A iniciativa cumpriria “diversas normas que devem ser observadas no âmbito nacional”.

O rombo no mercado de trabalho é muito maior do que se pensa

A falta de perspectiva para quem esteve desempregado durante a pandemia provocou uma distorção jamais antes vista no mercado de trabalho brasileiro. O rombo no mercado de trabalho já é muito maior do que os 14 milhões de desempregados de que tanto se fala e pode chegar a inéditos 30%. Segundo números oficiais do IBGE, durante quatro meses de pandemia, o desemprego no Brasil deu um salto de 27,6%. Em novembro, o índice atingiu novo recorde histórico, de 14,6%. Só que mesmo esse recorde pode estar escondendo um número muito maior.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) contínua mostram que no ano passado a população economicamente ativa diminuiu em mais de 20%. Não são brasileiros que emigraram ou que foram atingidos pela doença, são pessoas que desistiram de buscar um emprego em 2020 simplesmente porque sabiam que era muito difícil encontrar emprego durante a pandemia, com tudo fechado. Essas pessoas dependem do auxílio emergencial para se manter. São dois recordes negativos: desemprego recorde e recorde de desalento e falta de esperança. Se o número oficial do desemprego incluísse também aqueles que perderam a esperança durante a pandemia, a taxa de desemprego seria de impressionantes 31%. Esse pessoal está com medo da pandemia, perdeu seu posto de trabalho e gostaria de ter trabalhado, mas não procurou o mercado. Isso aconteceu provavelmente porque o auxílio emergencial funcionou, ou seja, proporcionou as condições para que essas pessoas ficassem em casa. Na ausência do auxílio, essas pessoas certamente procurarão emprego, mas não haverá postos de trabalho no curto prazo, daí a taxa potencial de desemprego

Tratamento dentário

O SINDEC disponibiliza consultório odontológico para atendimento aos comerciários e dependentes de Patos de Minas e região

Dr^a Ana Lara Caetano
CRO/MG 40890
Clínica geral, crianças

Agendamentos
(34) 3821 5500

Rua Juca Mandú, 374, centro - Patos de Minas/MG

MPT recebe mais de 6 mil denúncias de escravidão e tráfico de pessoas

No fim do ano passado, a história de Madalena Gordiniano, que passou quase toda uma vida trabalhando em condições semelhantes à escravidão, chocou o Brasil. A mulher, que, aos 8 anos de idade, foi pedir um pedaço de pão e acabou servindo a uma família por 38 anos, nunca recebeu salário nem direitos trabalhistas, vivia reclusa, foi forçada a casar e chegou até a pedir comida e sabonete para vizinhos. O calvário só chegou ao fim em novembro de 2020, quando, após denúncia, ela foi resgatada por auditores fiscais do trabalho em um apartamento em Patos de Minas. Vivía num cômodo, que não tinha sequer janelas.

Madalena foi resgatada em 2020, pleno século 21. Mas, como ela, muitas pessoas ainda sofrem situações semelhantes àquelas vividas pelos escravos no período colonial. Trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes, servidão por dívida são algumas das características do que se chama trabalho escravo moderno. Só nos últimos cinco anos (2016-2020), o Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu mais de 6 mil denúncias relacionadas aos temas trabalho escravo e aliciamento e tráfico de trabalhadores. Denúncias de práticas de trabalho análogo à escravidão podem ser realizadas por meio do Disque 100, pelo site do Ministério Público do Trabalho, nas sedes do MPT e pelo aplicativo do MPT Pardal.



O Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região firmou convênio com a Escola de Idiomas CCAA, com sede em Patos de Minas. Para usufruir de mais esse benefício proporcionado pelo sindicato o comerciante deverá estar em dia com as contribuições junto à entidade. Mais obter informações procurar a sede do SINDEC, à Rua Juca Mandu 378, Patos de Minas/MG.

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Diretoria do SINDEC

Diretoria Executiva

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente; José Marcelino Alves-Vice-Presidente; Vander José Viana- Secretário Geral; Lásaro Marcos Martins-Secretário de Finanças e Patrimônio; César Alves de Magalhães- Secretário de Relações Sindicais; Maria Salomé de Sousa- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical; Elcio Caixeta de Araújo- Secretário Social e de Esportes

Conselho Fiscal

Diullia Frantielle Ferreira- José Lázaro de Araújo- Gasparina das Graças

Delegação Federativa

Ascendino César das Chagas, José Marcelino Alves

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria